

VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil

GT 5 – Política e Economia da Informação
Comunicação oral

**TRABALHO IMATERIAL, PRODUÇÃO COLABORATIVA E
ECONOMIA DA DÁDIVA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima (CIn/UFSC, clovis.mlima@uol.com.br)

Rose Marie Santini (CIn/UFSC, mariesantini@gmail.com)

Armando de Melo Lisboa (CSE/UFSC, alisboa@matrix.com.br)

Resumo: Neste artigo são revisados e discutidos conceitos e estratégias em torno das relações entre trabalho imaterial, produção colaborativa e economia da dádiva na sociedade da informação. O capitalismo no seu modo de desenvolvimento informacional produz mudanças nas formas sociais de produção. A produção capitalista atual centraliza os bens imateriais – a informação em primeiro lugar. O compartilhamento de informação é parte de processo de produção e, ao mesmo tempo, o seu principal produto. O compartilhamento e colaboração possibilitam a construção de modos de organização inteligentes e solidários da produção. Conclui-se que formas colaborativas de produção são particularmente importantes para que se produzam modos autônomos de vida e trabalho.

Palavras-chave: 1. Trabalho imaterial. 2. Produção colaborativa. 3. Economia da dádiva. 4. Sociedade da informação.

Abstract: In this work there are reviewed and discussed concepts and strategies around the immaterial labour, peer production and gift economy in the information society. The capitalism in its way of informational development produces changes in the social forms of production. The current capitalist production centralizes the immaterial goods - the information in first place. Information sharing is part of production process and, at the same time, its main product. Sharing and collaboration makes possible the construction of intelligent and solidary organization manners, and "no-capitalists" production manners. It is ended that peer or collaborative production forms are particularly important for single out the subjectivities and to produce autonomous manners of life and labour.

Key words: 1. Immaterial labour. 2. Peer production. 3. Gift economy. 4. Information Society.

1 Introdução

Este artigo apresenta resultados de pesquisas dos seus autores, sendo duas delas sobre produção, organização e uso de bens imateriais na rede de 600 Pontos de Cultura fomentados pelo Ministério da Cultura, e uma delas sobre formas de economia solidária. Quer-se destacar a centralidade da informação nos processos de produção econômica e social da sociedade pós-industrial e pós-moderna. A cooperação e a colaboração no trabalho aparecem como condição e produto das formas atuais de produção econômica. As formas colaborativas de produção parecem conter em si um gigantesco potencial de organização de formas de vida, de trabalho e de linguagem diferentes da modernidade industrial.

O capitalismo no seu modo de desenvolvimento informacional produz mudanças profundas nas composições sociotécnicas, isto é, nas relações atuais entre as formas de organização social e de produção econômica com as tecnologias de informação e comunicação. As novas tecnologias digitais e a Internet não são determinantes exclusivas das formas históricas, mas parecem intervir de modo decisivo nas relações das pessoas consigo, com os outros e com o mundo.

O compartilhamento de informações é uma forma privilegiada de interação social, que possibilita a construção de modos de organização inteligentes e generosos, e modos de produção que podem não depender dos interesses mediadores do capitalismo. O processo de melhoria contínua a partir do código aberto dos softwares livres é um exemplo de relação social produtiva, na qual a informação e o conhecimento são produzidos, disseminados e usados de modo compartilhado.

2 Trabalho imaterial e capitalismo informacional

Castells (2001) afirma que cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento fundamental à promoção da produtividade no processo de produção. No modo de desenvolvimento industrial, o principal indutor de produtividade se encontra na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do seu uso ao longo dos processos de produção. Na sociedade da informação a fonte de produtividade se encontra nas tecnologias de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos.

A revolução das tecnologias da informação e da comunicação é fundamental para que haja um profundo processo de reestruturação do modo de produção capitalista a partir da década de 1980. Castells (2001) observa que existem atualmente novas formações históricas, sociais e culturais, produzidas no modo de produção capitalista pela mudança do modo de desenvolvimento industrial para o modo de desenvolvimento informacional.

O modo de desenvolvimento informacional modela todas as esferas de comportamento social, inclusive a comunicação de signos. Há íntima conexão entre as forças produtivas, a comunicação e a cultura. As novas tecnologias de informação e comunicação potencializam a formação de redes sociais descentralizadas. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização, em virtude da sua flexibilidade e adaptabilidade, características essenciais para sobreviver e prosperar no ambiente em rápida mutação, como é o caso nas sociedades atuais (CASTELLS, 2001).

Gorz (2005) afirma que na economia atual, todo trabalho, seja na produção industrial seja no setor de serviços, contém um componente de saber cuja importância é crescente. As tecnologias de informação e comunicação re-valorizam formas de saber vivo adquiridos no cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano: o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. O modo como os

empregados usam este saber não pode ser predeterminado nem ditado. Toda produção se assemelha a uma prestação de serviços. Os fatores que determinam a criação de valor são o componente comportamental e a motivação, e não o tempo de trabalho.

Com a informatização da produção, a heterogeneidade do trabalho concreto tende a ser reduzida, e o trabalhador é cada vez mais afastado do objeto do seu trabalho. O computador se apresenta como a ferramenta universal, ou melhor, como a ferramenta central, pela qual deve passar toda e qualquer atividade. Mediante a informatização da produção, portanto, o trabalho tende à posição de trabalho imaterial (HARDT; NEGRI. 2003).

O saber que se formaliza pode ser abstraído de seu suporte material e humano, e multiplicado quase sem custo na forma de *software* e usado ilimitadamente em máquinas que funcionam e se comunicam num um padrão universal. Gorz (2005) afirma que quanto mais o saber se propaga, mais útil ele é a sociedade. Seu valor como mercadoria, ao contrário, diminui com sua propagação e tende a zero: o saber torna-se um bem comum acessível a todos.

O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de capital imaterial. Esta mutação se faz acompanhar de metamorfoses do trabalho. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar. (GORZ, 2005).

Se antes, para produzir uma mercadoria, era necessário um certo número de horas de trabalho, ou se para produzir um número maior de mercadorias era necessário um aumento da massa de trabalho, atualmente observa-se, ao contrário, que o aumento de produção nasce da expressão de atividades intelectuais, da força produtiva da inovação científica e, sobretudo, da estreita aplicação da ciência e da tecnologia à elaboração das atividades de transformação da matéria. Esta é uma mudança radical da função do tempo produtivo e do tempo histórico (NEGRI, 2003).

O conceito de trabalho imaterial é discutido por Lazzarato e Negri (2001), a partir da década de 1990, nas suas análises do desenvolvimento da sociedade pós-industrial. Os autores afirmam que as condições do desenvolvimento da sociedade pós-industrial são: 1) o trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em “intelectualidade de massa” (os dois aspectos que Marx chama de *General Intellect*) e 2) a “intelectualidade de massa” pode se transformar em sujeito social e politicamente hegemônico.

Hardt e Negri (2003) definem como trabalho imaterial àquele que produz um bem imaterial – informação, serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. Nas formas de trabalho imaterial, a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como em formas anteriores de trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação social.

O trabalho imediato de produção não é mais que um aspecto, entre outros, do trabalho operário: e não é o aspecto mais importante: é a resultante, o prolongamento, a aplicação material de um trabalho imaterial, intelectual, de reflexão, de concerto, de compartilhamento de informações, observações e saberes, tanto aqueles que antecedem o trabalho imediato quanto os mobilizados imediatamente. O trabalho produtivo requer dos trabalhadores um nível geral de saberes que, base de sua produtividade, entra no processo de produção como “força produtiva imediata”. O *General Intellect* tende a se tornar a forma dominante da força de trabalho em uma economia dominada por atividades imateriais. (GORZ, 2004).

O saber que se torna a fonte mais importante da criação de valor é particularmente o saber vivo, que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada. O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável. Ele é, sobretudo na economia de rede, o trabalho do sujeito cuja atividade é produzir-se a si

mesmo. Todo usuário do trabalho em rede sincroniza-se continuamente com os outros, e os dados que usa põem em marcha um processo em que o resultado coletivo excede de longe a soma de dados usados individualmente. Pierre Lévy compara a “inteligência coletiva”, que assim se origina, a um “coro polifônico improvisado”. (apud GORZ, 2005).

Quando o trabalho se transforma em trabalho imaterial e o trabalho imaterial é reconhecido como base fundamental da produção este processo não investe somente a produção, mas a forma inteira do ciclo “reprodução-consumo”: o trabalho imaterial não se reproduz na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade. Na sociedade pós-industrial os sujeitos produtivos se constituem, como tendência, primeiro e de modo independente da atividade empreendedora capitalista. A cooperação social do trabalho manifesta uma independência frente a qual a função empreendedora se adapta, ao invés de ser a fonte e a organização. Esta função empreendedora do capital, em vez de constituir uma premissa, deve reconhecer a articulação independente da cooperação social do trabalho, e adaptar-se a ela (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

A cooperação no trabalho imaterial põe em questão a noção segundo a qual a força de trabalho é concebida como “capital variável”, isto é, uma força ativada e tornada coerente apenas pelo capital. Os poderes cooperativos da força de trabalho dão ao trabalho a possibilidade de produzir seu próprio valor. Corpos e cérebros ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital ou por sua capacidade de organizar a produção. (HARDT; NEGRI, 2003).

A nova organização do trabalho e o renovado modo de produção capitalista têm por base aquilo que há de mais comum na vida dos homens: a linguagem. A linguagem é o modelo mais rarefeito, embora mais intenso, da economia. O comum lingüístico é continuamente reproduzido e enriquecido pelo trabalho vivo. Estamos no ponto mais significativo das novas tecnologias de informação e comunicação e da aplicação da engenharia do conhecimento e da informação (NEGRI, 2003).

A cooperação lingüística é o modelo de produção pós-industrial e pós-moderno – modelo não apenas pelo fato material de que as máquinas funcionam através de linguagens, mas também porque, através da linguagem, emergem formas sempre originais de cooperação entre as pessoas. Não nos encontramos diante de pessoas, mas diante de singularidades que cooperam. Se a cooperação lingüística é a cooperação produtiva, tudo, então, parece estar dentro dessa cooperação (NEGRI, 2003).

Gorz (2005) observa que o paradigma do coro polifônico improvisado se aplica às comunidades virtuais da Internet, mas é o modelo potencial de todo trabalho interativo em rede. A divisão do trabalho em tarefas especializadas e hierarquizadas está virtualmente abolida. Os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem compartilhados. O computador aparece como o instrumento universal, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser compartilhadas.

Se a comunicação se torna cada vez mais o tecido da produção, e se a cooperação lingüística se torna cada vez mais a estrutura da corporeidade produtiva, então o controle dos sentidos e dos significados lingüísticos e das redes de comunicação constituem uma questão cada vez mais central para a luta política. O conhecimento precisa tornar-se ação lingüística e a filosofia precisa se tornar real re-apropriação do conhecimento. Em outras palavras, conhecimento e comunicação devem constituir a vida mediante luta (HARDT; NEGRI, 2003).

O trabalho imaterial repousa sobre as capacidades expressivas e cooperativas que não se podem ensinar, sobre uma vivacidade presente no uso dos saber e que faz parte da cultura do cotidiano. Os trabalhadores do capitalismo pós-industrial devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nas atividades que estão fora do trabalho que são desenvolvidas as suas capacidades de improvisação e cooperação. (GORZ,

2005).

Entretanto, Gorz (2005) adverte que, quanto mais o trabalho apela aos talentos, ao virtuosismo, e a capacidade de produção em de si do colaborador, tanto mais essas capacidades tendem a exceder seu uso limitado numa tarefa determinada. O colaborador tende a demonstrar que vale mais do que realiza profissionalmente, e investirá sua dignidade no exercício gratuito das suas capacidades.

Quando as capacidades de comunicação, relacionais, cooperativas, criativas passam a fazer parte da força de trabalho, estas capacidades implicam a autonomia do sujeito, não podem ser comandadas. A dominação do capital não pode então ser exercida diretamente sobre o trabalho vivo por coerções hierárquicas. Ela só pode se exercer por vias indiretas: deve tomar a forma de um condicionamento que conduz o sujeito a aceitar ou escolher ele próprio exatamente o que se trata de impor-lhe. É uma versão pós-moderna da servidão voluntária. (GORZ, 2004).

A frente de batalha, observa Gorz (2004), está ali onde a informação, a linguagem, o modo de vida, o gosto e a moda são produzidos e reproduzidos pelas forças do capital e do Estado; ali onde, dito de outro modo, a subjetividade, a “identidade” das pessoas, seus valores, as imagens que fazem de si mesmos e do mundo são perpetuamente estruturadas, fabricadas, moldadas. A frente de batalha do conflito está em todos os lugares e sua radicalização no terreno cultural é a condição de sua radicalização no terreno do trabalho.

Gorz (2004) afirma que é preciso ousar o Êxodo da “sociedade do trabalho”: ela não existe mais e não será mais restabelecida. É preciso desejar a morte dessa sociedade que agoniza para que outra possa nascer de suas cinzas. É preciso aprender a enxergar atrás das resistências, das disfunções, dos impasses de que é feito o presente, os contornos dessa outra sociedade. É preciso que o trabalho perca sua centralidade na consciência, no pensamento e na imaginação de todos. É preciso aprender a vê-lo sob um outro olhar: não mais pensá-lo como algo que possuímos ou não possuímos, mas como algo que fazemos. Precisamos ousar e desejar recuperar a apropriação do trabalho.

As formas de trabalho imaterial dependem das redes comunicativas e colaborativas compartilhadas, e produzem novas redes de relações intelectuais, afetivas e sociais. Essas formas de trabalho apresentam novas possibilidades de gestão econômica, pois os mecanismos de cooperação necessários para a produção estão contidos no próprio trabalho. Pode-se ver que esse potencial se aplica também a auto-organização política e social. Cabe, contudo, citar aqui a crítica do Gorz (2004) ao postulado implícito de que a autonomia no trabalho engendra por si própria a exigência e a capacidade dos trabalhadores de suprimirem qualquer limite ao exercício de sua cidadania.

Gorz (2004) afirma que, onde o modelo fordista-taylorista do capitalismo industrial foi mais ou menos suplantado, o capitalismo pós-industrial se apresenta como anúncio de uma possível re-apropriação do trabalho pelos trabalhadores, e ao mesmo tempo, como regressão a sujeição total, a quase submissão da própria pessoa do trabalhador. A emancipação virtual dos trabalhadores pós-fordistas no seio do seu trabalho caminha de par com um controle social reforçado. Tal controle assume a forma particular da submissão das pessoas à pressão conformista e totalitária.

Finalmente, Gorz (2005) observa que os constrangimentos difusos que na sociedade pós-industrial faz pesar sobre as pessoas que trabalham, resultam, da parte destas, condutas de retração, senão de resistência, qualificadas de anti-sociais. É neste contexto que aparece e se desenvolve a reivindicação de “renda de existência” incondicional e suficiente. Este renda deve permitir realizar outras atividades, cujo valor social e/ou cultural não pode ser medido pela sua rentabilidade, nem depende dela.

Libertando a produção dos constrangimentos da valorização econômica, a renda da existência deve facilitar o desenvolvimento pleno e incondicional das pessoas além do que é

funcionalmente útil a produção. A aposta do conflito central na era da economia do imaterial é a satisfação de todas as forças humanas como tais, não seguindo nenhum padrão estabelecido; o direito ao acesso universal e ilimitado ao saber e a cultura; e a recusa ao capital de se apropriar deles, e a instrumentalizá-los.

3 Produção colaborativa e economia da dádiva

Se a sociedade da informação é o ambiente de abundância informacional, a tecnologia é o instrumento que permite potencializar a produção, o acesso e o uso da informação e conectar as pessoas aos processos e produtos subjetivos. As tecnologias permitem intensificar a produção, a disseminação e o uso de informação. As mudanças produzidas por estas intensificações tecnológicas podem liberar potencial humano e social (CASTELLS, 2001).

A estrutura e a organização das redes de comunicação são condições essenciais para a produção no modo de desenvolvimento informacional do capitalismo. A novidade da infraestrutura de informação é o fato de que ela está embutida nos novos processos de produção e lhes é totalmente imanente. Nas formas de produção atuais a informação e a comunicação são as verdadeiras mercadorias produzidas; e a rede, em si, é o lugar tanto da produção quanto da circulação (HARDT; NEGRI, 2003).

As redes mudam a realidade social, e ao mesmo tempo, correspondem a novas condições e modos de pensar. O que se percebe na proliferação das redes é um exemplo do fenômeno geral de correspondência formal entre as mudanças na realidade social e nos modos de pensar. Todo pensamento pertence, como se estivesse impresso, a um contexto histórico-social específico, e os domínios do pensamento e dos elementos da realidade social são isomórficos e mudam de modo isomórfico. É a esse aspecto que se refere Foucault quando emprega o termo diagrama para indicar a configuração comum das instituições clássicas e modernas. A rede é o diagrama da nossa época (NEGRI, 2003).

A hegemonia do trabalho imaterial cria relações comuns e formas sociais comuns de um modo mais pronunciado do que nunca. Naturalmente, cada forma hegemônica de trabalho cria elementos comuns. Os produtos do trabalho imaterial são imediatamente sociais. A produção de comunicação, de relações afetivas e de conhecimento é capaz de expandir diretamente o campo de compartilhamento (HARDT; NEGRI, 2005).

Ao transformar antigos métodos de organização, gestão e acesso à informação, o processo de digitalização impulsiona a prática do compartilhamento, observa Prado (et al., 2005), em que o surgimento da cópia extremamente fiel à obra original se mostra como principal característica trazida pelos computadores e suas unidades de informação dispostas em zeros e uns. Destaque-se ainda a possibilidade de disseminação veloz de arquivos compactos de excelente qualidade de reprodução tanto de áudio quanto de imagem.

Neste contexto as novas dinâmicas parecem surgir do compartilhamento acelerado de informações, substituindo o modo de transmissão unidirecional por relações em rede. São muitos os processos de incremento das produções coletivas e de questionamento dos antigos modos de mediação e de oferta de informação, a partir do uso cada vez mais freqüente de ferramentas de compartilhamento no mundo digital.

Cabe destacar ainda as plataformas de produção colaborativa aberta, como o Wiki (rápido, no idioma havaiano), que fomentam a criação e a edição coletiva dos conteúdos. É por causa dos interesses “não-capitalistas” que pessoas em todo o mundo decidem dedicar parte substancial de seu tempo para, por exemplo, redigir ou aprimorar um verbete da *Wikipédia*. Muitos fazem isso porque consideram esta atividade divertida, outros o fazem porque acreditam estar retribuindo conhecimento à sociedade, e outros ainda porque querem se sentir parte de uma iniciativa global que pode beneficiar diretamente centenas de milhares

de pessoas.

A criação de redes autônomas de interesse público, para manutenção de arquivos e de informação disponíveis ou para assegurar a infra-estrutura de compartilhamento veloz, vem contribuindo para a disseminação de novos códigos éticos, necessários às mudanças de comportamento para formas colaborativas de produção, inteligentes e generosas, resultando em uma rede de voluntários que atuam no suporte e na manutenção desta infra-estrutura de informação e comunicação dentro e fora da Internet (PRADO et al., 2005).

As tecnologias digitais potencializam as novas relações sociais de produção. Os softwares livres operam por uma lógica de uso que criam dinâmicas particulares de produção e regras próprias de circulação de produtos, bem como muda o comportamento em relação aos meios de comunicação. A grande inovação está na organização do trabalho em uma rede aberta e nas licenças públicas e criativas que funcionam como mecanismos de proteção e expansão da rede.

Prado (et al., 2005) enfatiza dois aspectos da dimensão dinâmica do software livre: 1. desenvolvimento colaborativo e relação de uso ativo que pressupõe aprendizado; 2. resignificação e re-fundação das relações de trabalho sob outros mecanismos de motivação que apontam para uma outra ecologia do virtual. Cabe destacar ainda, dentro do desenvolvimento colaborativo e da relação ativa de uso, a dimensão comunicativa dos fóruns e canais criados para essa comunicação e, conseqüentemente, para a produção.

Gorz (2005) considera que a superioridade dos softwares livres comprova que a maior criatividade possível dos homens é obtida quando, livres da obrigação de tirar proveito e da disputa com a concorrência, eles podem desenvolver seus saber e suas capacidades de modo livre e cooperativo. O saber não aparece como um saber objetivado, composto de conhecimentos e informações, mas sim como atividade social que constrói relações comunicativas. Nesta dissidência distinguem-se os fundamentos de uma verdadeira sociedade do saber.

Adequando-se a condição pós-moderna, as tecnologias de informação e comunicação somente são eficientes quando animadas por subjetividades produtivas, sendo por isto incompatíveis com a organização fordista-taylorista do trabalho. Daí que progressivamente a produção torna-se indistinguível da reprodução da vida, alavancando novas formas de socioeconomia, particularmente as formas solidárias.

Cada vez mais estamos envolvidos em redes produtivas que requerem forte cooperação como condição de desenvolvimento do seu potencial. Nelas o valor não se regula apenas pela escassez, mas resulta duma lógica de compartilhamento que permite dar e receber mais. Numa economia de rede quanto mais e melhores conexões, melhor fluem e se desenvolvem os fluxos dentro da rede, fortalecendo-a cada vez mais. É uma economia do sinérgico onde o valioso são os relacionamentos e as parcerias.

Como atualmente produzir significa, cada vez mais, construírem-se comunidades de cooperação e comunicação, participamos da comunalidade mais radical e profunda que aponta para um modo social e solidário de produção. Com a multiplicação das redes e a descoberta da sinergia da ação coletiva, a solidariedade se impõe. O trabalho imaterial e cooperativo envolve forte componente de afetividade, de contato e interação humanos, de cuidados mútuos. Num mundo de fartura onde a escassez é socialmente produzida, o verdadeiro fator escasso é o carinho e a cuidado humano. Diante desta nova realidade, a “engenharia dos laços sociais”, como Lévy (1993) denomina a arte de suscitar coletivos inteligentes e cooperativos e desenvolver a “economia das qualidades humanas”, é decisiva.

As transformações sociais fazem emergir a busca por novas formas de viver e novas subjetividades, reavivando e impulsionando o sentimento de solidariedade, agora com nova importância e alcance, pois deixa de estar restrito a uma perspectiva classista ou às relações pessoais. Ao constatarmos o erro de querer liberar a pessoa da comunidade, não precisamos

recusar o programa iluminista, mas renová-lo e ampliá-lo através da liberação mais difícil, porém muito mais fundamental: liberar a própria comunidade e descobrir suas singularidades.

Um outro metabolismo econômico emerge, fundado na permanência dos desejáveis, no uso da tecnologia para de fato abreviar trabalho, na sinergia do compartilhamento dos recursos e na potência saudável dos desejos. Com as novas tecnologias, cada vez mais adentramos no terreno da abundância, abrindo a possibilidade duma verdadeira cornucópia universal. Com o iPod temos, ao alcance dum singelo toque, 1000 horas de milhares de músicas disponíveis continuamente. As máquinas fotográficas e filmadoras digitais superam a restrição material ao registro e cópia de sons e imagens. Através da Internet podemos compartilhar à vontade músicas, fotos, filmes, arquivos, programas e conhecimentos.

A economia que emerge das redes colaborativas está a superar o axioma capitalista de que o valor provém da escassez. Como a oferta de produtos supera a demanda, os preços caem, rumando ao gratuito. Somente bens úteis e escassos (nos quais $OF < DM$) têm valor. Os bens abundantes ($OF > DE$) deixam de ser mercadorias, são pura riqueza que escapam da forma capitalista de apropriação de valor. Isto abre perspectivas para a economia da abundância, permitindo fluir para todos a abundância universal propiciada seja pelos renováveis fluxos da natureza, seja pela potência gerada nas novas tecnologias. As formas de economia não capitalistas, como a solidária e da dádiva, são potencializadas.

O desenvolvimento de software livre cria espaços comuns de comunicação e de produção colaborativa entre pessoas de culturas e origens diferentes. A multiplicidade de perspectivas e de contextos culturais reflete-se no processo de produção. Nas relações capitalistas, os agenciamentos acontecem em torno do capital e visam à produção de valor de troca. Nas redes horizontais, os agenciamentos se dão em torno de interesses coletivos que visam produzir outros valores. No primeiro caso, o trabalho está em competição, e no segundo, está em colaboração e generosidade (PRADO et al., 2005).

Existe atualmente uma infinidade de iniciativas de produção colaborativa em todo mundo, fundadas em estruturas abertas como a do software livre, onde qualquer interessado pode participar. Isso denota uma nova forma de organização produtiva e funda organizações que se contrapõem aos conceitos capitalistas industriais. Inspiradas no software livre, as formas de produção colaborativas criam novos modos de organização social e econômica, com impacto profundo nas formas de produção e organização do conhecimento, da informação e dos bens culturais.

As relações colaborativas entre produtores e usuários são horizontais, diferindo das relações entre produtores e consumidores do capitalismo industrial. As redes horizontais de produção colaborativa são processos sociais criativos, e não estão focadas nos valores capitalistas dos seus produtos. Observa-se a reciprocidade do “sistemas de dádivas” descrita pelo antropólogo Mauss (1974). A retribuição não é a contrapartida “necessária” e racionalmente calculada. O usuário da informação pode retribuir com um “muito obrigado” e este gesto pode ser considerado gratificante por quem a produziu (PRADO et al., 2005).

Adentramos numa sociedade pós-industrial em que grande parte da informação flui livre e instantaneamente. A informação é um tipo de mercadoria especial, pois quem a possui e a repassa continua de posse da mesma, se aproximando, parcialmente, da lógica da dádiva: a disponibilidade da informação ajuda a criar confiança e credibilidade. Nesta sociedade da informação a inteligência, a riqueza e o poder são crescentemente coletivos, nascem do compartilhamento e não da posse.

Barbrook (2003) afirma que a sociedade da informação que está surgindo reproduz o processo de colaboração dos cientistas e pesquisadores que criaram a Internet. Pensando na rede para seu uso, eles inventaram uma forma de comunicação mediada por computador para compartilhar conhecimentos dentro de um espaço virtual único: a “câmara dos comuns intelectual”. O consumo passivo de peças fixas de informação se transforma em processo

participativo de “criatividade interativa”.

Quando a Internet se propaga para fora da universidade e dos centros de pesquisa, os novos usuários descobrem rapidamente os benefícios de compartilhar informações e conhecimentos. Seja por trabalho ou por prazer, as pessoas estão criando e mantendo *websites*, comunidades virtuais, listas de discussão e salas de bate-papo. Assim, todos os usuários da rede podem participar na economia da dádiva. A “câmara dos comuns intelectual” da rede continua a se expandir em progressão geométrica (BARBROOK, 2003).

Barbrook (2003) advoga fortemente contra o direito autoral na forma de *copyright*, e a favor da regulação da informação de modo libertário: o *copyleft*. Os produtores devem conservar sua capacidade de evitar que a autoria do seu trabalho seja reivindicada por outros, mas todos devem ser autorizados a copiar e a usar livremente as informações segundo seus interesses e propósitos. Assim, liberdade de expressão é liberdade de não se submeter à forma compulsória de mercadoria.

Hardt e Negri (2005) comentam que, como o conhecimento se identifica com a produção, não deve surpreender que as potências econômicas apliquem suas marcas de propriedade às manifestações do conhecimento e submetam a produção do conhecimento e da informação às regras da maximização e da acumulação privada das riquezas. Trata-se de uma questão econômica, no sentido de que a riqueza está sendo apropriada através de *copyright* e patentes, e também na medida em que tais ações podem restringir o compartilhamento e o livre uso de informações necessárias para o desenvolvimento econômico, a inovação científica e tecnológica e a diversidade cultural.

No contexto colaborativo, a propriedade intelectual de quaisquer dos produtos “intermediários” impede a continuidade do processo criador, e não apenas a sua apropriação universal por usuários. As licenças criativas de uso, cópia e disseminação de informação correspondem à demarcação da autoria (direito moral), mas não reproduzem a forma de “caixa preta” das mercadorias capitalistas. As licenças criativas convidam à participação no processo, e não à mera escolha entre produtos no “mercado” de informações e de bens culturais.

É perfeitamente possível imaginar a total dispensa da proteção legal do *copyright*, tornando as idéias, a música, as imagens e os textos livres e acessíveis a todos. Pode ser necessário encontrar outros mecanismos para compensar a criatividade dos autores, artistas e cientistas, mas não há motivo para presumir que a criatividade depende da promessa de “grandes lucros”. A proposta de redução do controle político e econômico não visa apenas facilitar o acesso aos bens, mas também liberar a inovação e o desenvolvimento econômico (HARDT; NEGRI, 2005).

4 Considerações finais

O capitalismo informacional produz novas relações entre as formas de organização social da produção econômica. A produção econômica capitalista atual centraliza os bens imateriais – a informação em primeiro lugar. O trabalho imaterial corresponde à forma prevalente nos processos de produção atual, em que os principais produtos são imateriais - informações, conhecimentos e bens culturais. Cabe observar que a mutação capitalista traz consigo novas formas de resistência e de organização social. A capacidade política na sociedade pós-industrial e pós-moderna pode ser entendida como análoga ao desenvolvimento colaborativo de *softwares* livres e as inovações do movimento em favor do código-fonte aberto.

Como diz Gorz (2004), a questão não é saber se as pessoas são capazes e se estão prontas para uma sociedade e uma vida não mais centradas sobre o emprego. A pergunta, ao

contrário, é saber como esta outra vida e esta outra sociedade podem ser antecipadas e pré-figuradas nos experimentos em larga escala, práticas e lutas exemplares, modos alternativos de cooperação e de produção, de responsabilização auto-organizada das necessidades coletivas.

Cabe interrogar como as práticas comuns podem ser capazes de inventar e ilustrar novas solidariedades, e como, no lugar de sofrer as mudanças tecnológicas, as economias do tempo de trabalho e as intermitências do emprego precário, é possível delas apossar-se coletivamente, delas conquistar a iniciativa e o controle, voltá-las contra as estratégias do capital para fazer surgir novas liberdades possíveis. Enfim, saber como todos podem ter garantido uma renda continua quando o trabalho torna-se cada vez mais descontínuo.

5 Referências

BARBROOK, R. A regulamentação da liberdade: liberdade de expressão, liberdade de comércio e liberdade de dívida na rede. In: COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, G. (orgs.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e as outras falas**. São Paulo: Cortez, 1993.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Rio de Janeiro: 34, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. e org. de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília: IBICT, v.31, n.1, p.27-40, jan. 2002.

GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

_____. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, F.; NEGRI, T. **Os novos espaços de liberdade**. Lisboa: Centelha, 1987.

HABERMAS, J. **Diagnóstico do tempo: seis ensaios**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HARDT, M.; NEGRI, T. **Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

____. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, M.; NEGRI, T. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMO, R. O Creative Commons e as transformações da propriedade intelectual. In: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (orgs.). **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

LESSIG, L. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade. São Paulo: Trama, 2005.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: 34, 1993.

____. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: 34, 1999.

LIMA, C.R.M.; SANTINI, R.M. Trabalho imaterial, compartilhamento de informação e produção colaborativa na sociedade da informação. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n.23, 1º sem. 2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**, vol. II. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1974.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília: IBICT, v.29, n.2, p.78-88, maio/ago. 2000.

NEGRI, T. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

PELLANDA, N.M.C. et al. (org.). **Inclusão digital**: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PRADO, C.; CAMINATI, F.; NOVAES, T. Sinapse XXI: novos paradigmas em comunicação. In: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (orgs.). **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

STALLMAN, R. O projeto GNU. **DataGramaZero**; Revista de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, n.1, fev. 2000.

TORVALDS, L.; DIAMOND, D. **Just for fun**: the story of an accidental revolutionary. [s.l.]: Harper Business, 2001.

WERTHEIN, J. A Sociedade da Informação e seus desafios. **DataGramaZero**; Revista de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 71-22, maio/ago. 2000.